

Editorial

Neste segundo número do volume 12 da Plures Humanidades apresentam-se dois eixos temáticos. O primeiro se refere à formação de professores e a concepção dos docentes sobre sua prática pedagógica. O segundo eixo apresenta artigos relacionados às diferenças na escola, ou seja, trata sobre a pessoa com deficiência, a surdez e as altas habilidades. Destaca-se, neste número, a contribuição de pesquisadores de várias regiões do país, que permitem conhecer o processo de escolarização e formação de professores em diferentes contextos.

O primeiro artigo, “A prática profissional articulada por meio dos projetos de trabalho no estágio da formação inicial do professor da Educação Infantil”, de Célia Maria Guimarães e Natália Camargo de Souza, apresenta resultados de pesquisa sobre formação de professores da Educação Infantil e dá ênfase ao estágio curricular obrigatório, a partir de práticas realizadas por alunos do curso de Pedagogia da Unesp de Presidente Prudente, sob a forma de projetos de trabalho desenvolvidos no ano de 2010.

O segundo artigo, “Ser professor de inglês na rede estadual hoje: algumas reflexões”, de Kátia Cristina Galatti e Célia Regina Vieira de Souza-Leite, tece uma reflexão crítica sobre o ensino da Língua Inglesa no Brasil, apontando as necessidades e dificuldades do professor de inglês de escolas públicas, principalmente quanto ao desenvolvimento da habilidade oral na língua. Após entrevistas com dois professores da rede pública, os pesquisadores concluem que as possibilidades de um aluno sair do Ensino Médio fluente em inglês são mínimas, a menos que se empreenda uma séria discussão a respeito da importância da Língua Inglesa no currículo escolar e se implemente um tratamento sistemático da disciplina.

O terceiro estudo, “A percepção dos professores sobre suas práticas pedagógicas num curso de EaD”, de Rosângela Martins Bernardes Nogueira e Maria Auxiliadora de Rezende Braga Marques, analisou a percepção dos docentes sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no ensino superior, na modalidade Educação a Distância – EaD. Fruto de trabalho dissertativo, o artigo busca compreender como os docentes do curso de Contabilidade vêm desenvolvendo sua prática pedagógica, diante de tais tecnologias. O estudo empregou entrevistas semiestruturadas e definiu categorias de análise. Na percepção dos docentes entrevistados, a maior diferença entre o ensino presencial e a modalidade de EaD é a distância física entre professores e alunos, o que se constitui, também, a maior dificuldade para

o exercício da docência. Os autores concluíram que os docentes necessitam de uma qualificação adequada para o exercício da prática docente em ambientes virtuais. Os alunos, por sua vez, precisam desenvolver a autonomia nos estudos, na busca por seu aprendizado. Alunos e professores devem assumir responsabilidades no processo de ensino, para uma aprendizagem significativa e valorativa.

O estudo seguinte, “Ser professor é ‘se virar nos trinta’: representações de estudantes sobre a profissionalização docente”, de Marinalva Lopes Ribeiro, Rita de Cássia A. F. de Moraes e Édiva de Sousa Martins, objetivou conhecer as representações sociais de estudantes sobre a profissão professor. A pesquisa coletou, por meio de grupos focais e entrevistas semiestruturadas, depoimentos de 32 estudantes de diferentes cursos de licenciatura de uma universidade pública da Bahia. Os resultados indicaram que a representação dos estudantes sobre o que significa ser professor remete a uma série de ações e de saberes para desempenhar sua tarefa profissional. Assim, consideram necessário investir na formação inicial e continuada de professores, a fim de desenvolver esses saberes, pois o exercício da profissão exige competência, autonomia, compromisso ético e social.

Abrindo o segundo eixo temático temos o artigo “Gênero de sexualidade na formação de professores/as: a necessidade de reflexões sobre a prática pedagógica”, de Cássia Cristina Furlan e Dalci Aparecida Bueno Furlan, em que as autoras apontam a importância da escola para discussões sobre a igualdade de direitos e de recusa à discriminação. Para as autoras a formação dos professores deve estar atrelada ao respeito às diferenças. A partir de oficinas desenvolvidas pela Universidade Estadual de Maringá, que envolviam questões sobre gênero e sexualidade, analisam a pertinência da formação e atualização contínua do professor para promover um ensino significativo na vida social que supere estereótipos e preconceitos de gênero.

Na sequência, a revista apresenta o estudo de Patrícia Thomásio Quinelato, Ricardo Schers de Góes e Aline Frollini Lunardelli Lara intitulado “O conceito que professores de uma escola municipal de educação fundamental têm sobre o que é estar preparado para atuar na Educação Especial” que investiga, por meio de aplicação de questionário a 22 docentes de escola pública da cidade de São Paulo, a concepção dos mesmos sobre estar preparado para atuar em Educação Especial. Os dados obtidos indicam que os professores acreditam na necessidade de uma formação específica para a Educação Especial, pois veem essa área dirigida para o atendimento especializado a pessoas com deficiências. Esta perspectiva, mais afinada com o paradigma da integração, propõe o

desenvolvimento dos processos de socialização do aluno sem, necessariamente, acesso a conteúdos educacionais relevantes.

O trabalho de Eleny Brandão Cavalcante, “Inserção da Libras na Rede Municipal de Educação de Castanhal-PA: uma análise da concepção de Educação de Surdos que permeia a disciplina no currículo”, apresenta os resultados de pesquisa que analisa a concepção de educação de surdos presente na disciplina Libras do currículo da rede municipal de educação de Castanhal, no estado do Pará. A pesquisadora aponta contradições na proposta curricular oficial, pois embora procure discutir os aspectos históricos e legais da educação de surdos, mantém evidências do modelo médico-clínico e prevê conteúdos relativos à reabilitação e prevenção. Conclui que a inserção da disciplina Libras no currículo não é suficiente para garantir que a cultura e a identidade surdas estejam presentes na escola.

Fechando este número da revista, o oitavo artigo, “Aporte legal à Educação dos Altos Habilidosos/Superdotados na rede estadual de ensino do estado de São Paulo”, de Rosemeire de Araújo Rangni e Maria da Piedade Resende da Costa, faz uma incursão na legislação brasileira e paulista referente à Educação Especial nos anos de 2005 a 2010, revelando os reflexos na inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação na rede estadual de ensino. As autoras indicam que, apesar do expressivo crescimento do número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, aqueles com altas habilidades/superdotação carecem de reconhecimento nas escolas da rede estadual de ensino.

Esperamos que mais este número da revista possa cumprir sua função junto à comunidade científica.

*Tárcia Regina da Silveira Dias
Silvia Aparecida de Sousa Fernandes
Editoras*